

Diuoa de goa ha uelha:

A 25 de Novembro de 1510, Afonso de Albuquerque, após sangrento combate, lograva, por fim, conquistar Goa, flagelando os muçulmanos até então dominadores e protegendo os hindus. Qual era o sentido principal da política ultramarina portuguesa e o que é que os lusos pretendiam fazer de Goa?

Com este projecto revisitador e reanimador, o Centro de História da Sociedade e da Cultura pretende, tão-só, fazer ciência histórica e reavivar a memória plurifacetada da presença lusa no Oriente, através de um património comum que está vazado nos mais diferentes domínios da vida!

da Apresentação  
João Marinho dos Santos

Coord.  
João Marinho dos Santos  
José Manuel Azevedo e Silva

Goa. Portugal e Oriente: História e Memória

cada dia pola menhá na Rua direita na Cidade de Goa Feito Polo natural por Ioan de Linschoten framengo.



# Goa

## Portugal e o Oriente: História e Memória

Coord.  
João Marinho dos Santos  
José Manuel Azevedo e Silva



10  
(1)  
8  
1  
3



**Goa**  
**Portugal e o Oriente:**  
**História e Memória**

Coimbra • 2011

TÍTULO:  
*Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória*

COORDENADORES:  
João Marinho dos Santos  
José Manuel Azevedo e Silva

CO-EDIÇÃO:  
CHSC - Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Palimage  
Data de edição: Dezembro de 2011

CAPA:  
Feira de Goa  
Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, 1596, ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

© 2011 CHSC - Centro de História da Sociedade e da Cultura  
© Terra Ocre – edições  
Direitos reservados por Terra Ocre - Unipessoal, Lda  
Apartado 10032  
3031-601 Coimbra  
palimage@palimage.pt  
www.palimage.pt  
ISBN: 978-989-703-031-4  
Depósito Legal n.º 339653/12

EXECUÇÃO GRÁFICA  
Artipol – Artes Tipográficas, Lda.

 PALIMAGE É UMA MARCA EDITORIAL DA TERRA OCRE – EDIÇÕES

# Goa

## Portugal e o Oriente: História e Memória

Coord.  
João Marinho dos Santos  
José Manuel Azevedo e Silva



**Palimage**  
*A Imagem e A Palavra*

## Índice

Programa do ciclo .....	7
Apresentação.....	9
Conferências	
António Vasconcelos de Saldanha, <i>De Goa e do Estado da Índia, dos seus Vice-Reis e dos seus Tratados</i> .....	17
Manuel Ferro, <i>A Exaltação da Fundação do Império Português do Oriente na Conquista de Goa (1759), de Francisco de Pina e Melo</i> .....	35
Vitor Luís Gaspar Rodrigues, <i>As campanhas militares de Afonso de Albuquerque na “ilha de Goa” (1510-1512): sua importância para a criação do “Estado da Índia”</i> .....	67
João Teles e Cunha, <i>Goa: a construção, ascensão e declínio de um império português na Ásia, ca. 1510-1750</i> .....	81
Exposição iconográfica. Portugal e o Oriente. História e Memória. I. Goa.....	145
Nuno Filipe Malva Oliveira, <i>A Urbe e a sua evolução na Época Moderna</i> .....	146
Ricardo Rodrigues, <i>Bens produzidos e serviços prestados</i> .....	171
Joel Gonçalves Sabino, <i>Os “ares” socioculturais da cidade de Goa – Manifestações de “civilidade” e de “barbárie”</i> .....	195
Roger Lee de Jesus, <i>As Funções da Cidade</i> .....	215

As convenções assim geradas conservavam, apesar de tudo, o carácter de fenómenos *organizadores* peculiares, tendentes a longo prazo ao estabelecimento de um estado de paz concreta. Efectivamente, tal tipo de acordos, considerados globalmente e apreciados segundo os seus efeitos últimos e mediatos, surgem-nos como um meio específico de auto-limitação, permitindo em ocasiões diversas o ultrapassar as apreensões ou a ambição em proveito do sentimento humano e dos interesses mútuos. E a frequente ineficácia de tais convenções não deve de modo algum esconder as suas propriedades pacificadoras, na medida em que a sua própria existência, extensão ou influência conduzem inevitavelmente à rejeição de práticas menos ortodoxas de expansão. Na realidade, a estabilidade do direito do mais forte (nomeadamente o direito de *conquista*) ficava seriamente comprometida perante a viabilidade da existência de outras fontes de Direito menos vulneráveis à eventualidade da crítica doutrinária ou classificação de actos *contra legem*. E ainda que o conteúdo dos tratados fosse muitas vezes o alvo das controvérsias, o tratado em si constituía-se como um título legal pré-determinado, justificativo de pretensões imprescritíveis e garante de um equilíbrio latente ou relativo. No fundo, a manifestação clara da consagração do primado da prática convencional como sustento pacífico e imediato do que a Expansão portuguesa terá, porventura, de mais nobre, *i. e.*, a aproximação entre sistemas jurídicos, políticos e culturais profundamente diversificados.

## **A Exaltação da Fundação do Império Português do Oriente na *Conquista de Goa (1759)*, de Francisco de Pina e Melo**

Manuel Ferro  
Universidade de Coimbra

Ao propor-se compor uma epopeia sobre a conquista de Goa, ocorrida havia quase 250 anos (muito embora Pina e Melo erre as contas e ache que tal acontecimento se tinha desenrolado havia mais de 300 anos!), o poeta esclarece o leitor sobre as razões que o teriam motivado a escrevê-la. Tais argumentos são expressos em nota à sequência em que o herói é invectivado pela mãe da noiva, nos banquetes e nas festas por ocasião do casamento de Timoja, guerreiro natural de Angediva e aliado de Albuquerque, com a filha da Rainha de Garzopam, num ambiente que não andarà longe da reconstituição das maravilhas da Ilha dos Amores do poema camoniano, embora numa versão mais de acordo com as matrizes da *aurea mediocritas*. No momento, a interlocutora alude com perspicácia à ambição de Afonso de Albuquerque tudo fazer para deixar o seu nome para a eternidade envolto em glória, alcançada através de feitos de armas e campanhas militares. Daí faz derivar um discurso sobre as funções e os deveres de reinar. É nesse contexto, que, num excuro, Pina e Melo fornece o seguinte esclarecimento ao leitor:

“A Rainha sondava bem o espírito de Afonso de Albuquerque, pois na verdade poucos homens haverá que desejassem mais do que ele eternizar o seu nome pelas façanhas militares, o que nota João de Barros na *Década* 2. lib. 7. cp. I. com os leões, que ele trazia de Malaca para ornar a sua sepultura, e com os anéis de diamantes e de rubis, que ele diz mandava a meu Ascendente Rui de Pina, Cronista-Mor do Reino, a fim de fazer memória das suas acções naquela Crónica.

Porém, pela paixão com que o dito João de Barros fala nesta matéria, parece que não deixava de invejar estas dádivas do Albuquerque; e talvez, que se ele as recebesse, falaria em algumas partes das suas

*Décadas* menos desafeiçoada ao dito Albuquerque, e neste lugar com mais decoro das jóias que se mandaram a Rui de Pina: Que culpa tem o escritor de que Afonso de Albuquerque lhe enviasse estes diamantes? E que culpa pretende atribuir João de Barros ao nosso Herói de querer ter benévolos os Cronistas para eternizarem as suas façanhas? Não fazia o mesmo Carlos V com todos os escritores da Europa? Enfim, Rui de Pina, sem embargo dos diamantes que recebeu, não fez memória do Albuquerque nas suas Crónicas; mas para que esta dívida não ficasse em aberto, veio dali a mais de trezentos anos um seu descendente a satisfazê-la, sem ser necessário contrair nova obrigação com os diamantes da Índia, pois ninguém deixará de dizer que no intento deste Poema pode considerar-se outro interesse mais, que o da glória da Pátria, especialmente em um Reino, aonde se faz tão pouco caso de semelhantes escritos.”

(Melo (1759), pp. 235-236, Nota)

Por conseguinte, é no canto VII do poema, em rodapé, que Pina e Melo julga oportuno justificar a composição do poema, saldo de uma dívida de família, mascarando a função didáctica de que as obras da época se revestiam e relegando para segundo plano a vertente patriótica, para infundir novo ânimo ao público leitor do seu tempo (Cf. Ferro (2004), pp. 457-530).

Recuperam-se, deste modo, heróis do período áureo do Renascimento, bem como os modelos literários da época. A epopeia continuava a ser desde essa altura o género mais sublime e, apesar do desgaste sofrido com a quantidade de poemas épicos compostos, de tentativas, na maior parte das vezes frustradas, para a sua consecução, bem como a crescente codificação, levada a cabo nos séculos XVII e XVIII, tudo isso contribuía mais para o seu estrangulamento do que para a sua revitalização. O certo, porém, é que em meados de Setecentos se recuperavam as glórias do passado glorioso da Nação, os heróis actores de gestas intemporais e os escritores que se tinham notabilizado, enquanto modelos literários consagrados (Cf. Ferro (2004), pp. 13-39).

Ora na época em que Camões compôs *Os Lusíadas*, já Afonso de Albuquerque pertencia ao panteão dos heróis nacionais. É sintomático que logo na dedicatória a D. Sebastião, ao exaltar o escol de heróis que contrapõe

ao dos poemas homéricos e virgiliano, bem como às “vãs façanhas, / fantásticas, fingidas, mentirosas, [...] sonhadas e fabulosas” (Camões (1989), I, 11, 1-2 e 6) dos protagonistas dos poemas épico-cavaleirescos de um Pulci, um Boiardo ou um Ariosto, se aponte um “Albuquerque terrível” (Camões (1989), I, 14, 7), entre “Um Pacheco fortíssimo e os temidos / Almeidas, por quem sempre o Tejo chora” (Camões (1989), I, 14, 5-6) e um “Castro forte, / E outros em quem poder não teve a morte.” (Camões (1989), I, 14, 7-8). Esse reconhecimento tácito, apesar da relativa actualidade da acção deste eminente Governador da Índia no tempo do Épico, deve-se ao facto de os seus feitos terem superado as expectativas, e daí ter conseguido alcançar a transfiguração épica, a ponto de nele se reconhecer a superior capacidade de ter sabido lançar as bases do Império Luso no Oriente. Não será por acaso que, mais adiante, no Canto X, na profecia que a Ninfa profere no banquete oferecido aos navegantes na Ilha dos Amores sobre os feitos dos Portugueses naquelas longínquas paragens, o Poeta dedique a Albuquerque nada menos do que oito estâncias, ampliadas com confrontos com outros heróis, célebres por episódios afins, em mais duas oitavas (Cf. Camões (1989), X, 40-49). Naturalmente que tal efeito amplificante e transfigurante resulta igualmente do tratamento que a historiografia renascentista, muito particularmente Fernão Lopes de Castanheda, *Na História da Descoberta e Conquista da Índia*, Damião de Góis, na *Crónica de D. Manuel*, Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia* e nas *Crónicas de D. Manuel e de D. João III*, D. Jerónimo Osório, em *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, e, sobretudo, João de Barros e Diogo do Couto, nas *Décadas da Ásia*, havia feito sobre a acção militar e administrativa por ele desenvolvida, clarividente demonstração do projecto de implantação do poder português no Oriente. E por isso, Camões adianta:

40 “Esta luz é do fogo e das luzentes  
Armas, com que Albuquerque irá amansando  
De Ormuz os Párseos, por seu mal valentes,  
Que refusam o jugo honroso e brando.  
Ali verão as setas estridentes  
Reciprocá-se, a ponta no ar virando,  
Contra quem as tirou; que Deus peleja  
Por quem estende a fé da Madre Igreja.

- 41 “Ali do sal os montes não defendem  
De corrupção os corpos no combate,  
Que mortos pela praia e mar se estendem  
De Gerum, de Mascate e Calaiate;  
Até que à força só de braço aprendem  
A *abaxar* a cerviz, onde se *lhe* ate  
Obrigação de dar o reino *inico*  
Das *perlas* de Barém tributo rico.”  
(Camões (1989), X, 40-41)

Nas duas primeiras estâncias, a 40 e a 41, e fazendo jus à acção militar do Governador da Índia, cargo que Albuquerque desempenhou de 1509 a 1515, logo o Poeta quer ver na fundação do Império um designio dos Céus, pelos formidáveis fenómenos passíveis de observação nas conquistas efectuadas – neste caso concreto, as setas que, em vez de ferirem os nossos, voltavam para trás, indo ferir aqueles que as disparavam –, por um lado, e, por outro, pela quantidade verdadeiramente extraordinária de mortos do lado inimigo na ocupação das praças de Ormuz, Mascate, Calaiate e do Arquipélago de Barém. Assim, tais feitos colocam-se a par de outros paralelos, como aquele em que transparece o favor divino dado à fundação do Reino, na batalha de Ourique. Só depois de enunciadas tais proezas, a profecia da Ninfa se centra mais detalhadamente na conquista de Goa.

- 42 “Que gloriosas palmas tecer vejo,  
Com que Vitória a frente *lhe* coroa,  
Quando, sem sombra vã de medo ou pejo,  
Toma a ilha ilustríssima de Goa!  
*Despois*, obedecendo ao duro ensejo,  
A deixa, e ocasião espera boa  
Com que a torne a tomar, que esforço e arte  
Vencerão a Fortuna e o próprio Marte.
- 43 “Eis já sobr’ela torna e vai rompendo  
Por muros, fogo, lanças e pelouros,  
Abrindo com a espada o espesso e horrendo  
Esquadrão de Gentios e de Mouros.

Irão soldados ínclitos fazendo  
Mais que leões famélicos e touros,  
Na luz que sempre celebrada e *dina*  
Será da Egípcia Santa *Caterina*.”

(Camões (1989), X, 42-43)

As duas oitavas seguintes, a 42 e 43, incidem sobre a dupla conquista de Goa, que então passa a ser a pérola da coroa portuguesa no Oriente. Tal feito aparece reforçado, não só pela aduzida bravura com que os soldados das fileiras lusitanas se bateram, comparados sugestivamente a leões famélicos e a touros indomáveis, feras simbólicas pela força e domínio que lhes são atribuídos no reino animal, como pelo facto de tal acontecimento ter sido bafejado, uma vez mais, pelo beneplácito de Santa Catarina, santa festejada no dia em que se efectuou a entrada definitiva na cidade. E prossegue:

- 44 “Nem tu menos fugir poderás deste,  
Posto que rica e posto que assentada  
Lá no grémio da Aurora, onde *naceste*,  
Opulenta Malaca nomeada.  
As setas venenosas que fizeste,  
Os crises com que já te vejo armada,  
Malaios namorados, Jaus valentes,  
Todos farás ao Luso obedientes.”

(Camões (1989), X, 44)

Depois de Goa, a tomada mais notável foi a de Malaca, pelo que é com ela que a ninfa termina o canto de exaltação dos futuros feitos de Afonso de Albuquerque nas partes orientais. As dificuldades da batalha parecem aqui aumentar sobremaneira, tendo em conta os recursos militares das forças inimigas, reforçadas pelos malaios nativos e jaus, armados de punhais de dois gumes, os crises, e de setas envenenadas. Mas nada parece deter Albuquerque, submetendo os feros povos daquelas distantes paragens. Porém, para além dos feitos militares, acresce a profecia com outros detalhes:

45 “Mais *estanças* cantara esta Sirena  
Em louvor do ilustríssimo Albuquerque,  
Mas alembrou-lhe *hũa* ira que o condena,  
Posto que a fama sua o mundo cerque.  
O grande Capitão, que o Fado ordena  
Que, com trabalhos, glória eterna merque,  
Mais há-de ser um brando companheiro  
*Pera* os seus, que juiz cruel e inteiro.

46 Mas em tempo que fomes e asperezas,  
Doenças, frechas e trovões ardentes,  
A sação e o lugar fazem cruezas  
Nos soldados a tudo obedientes,  
Parece de selváticas brutezas,  
De peitos inumanos e insolentes,  
Dar extremo suplício pela culpa  
Que a fraca humanidade e Amor desculpa.

47 Não será a culpa abominoso incesto,  
Nem violento estupro em virgem pura,  
Nem menos adultério desonesto,  
Mas *cũa* escrava vil, lasciva e escura.  
Se o peito, ou de cioso, ou de modesto,  
Ou de usado a crueza fera e dura,  
Cos seus *hũa* ira insana não refreia,  
Põe, na fama alva, *noda* negra e feia.”

(Camões (1989), X, 45-47)

A interrupção do canto da Sereia, atribui-o o Poeta a motivos que a impediriam de elevar Albuquerque à categoria de um herói perfeito em todas as dimensões. É o carácter irascível que o leva a tomar decisões e a adoptar medidas injustas. Sem que se nomeie com clareza o assunto a que se refere, o leitor deverá perscrutar nas entrelinhas que Camões se refere ao caso de Rui Dias, jovem fidalgo português que foi condenado à morte. Reprova-o o Poeta, através da atitude da Sereia, por considerar que a fraqueza do jovem soldado era de todo desculpável, já que, sendo os Portugueses protegidos

por Vénus e um povo dado ao Amor e suas vivências, logo a sua falta não seria da ordem dos crimes contranatura, como se adianta na estância 47, mas pura e simplesmente, a satisfação das carências afectivas, e porventura sexuais, com reféns muçulmanas capturadas em Goa. Considerando o Poeta que o castigo tinha sido exageradamente severo, logo se tecem considerações sobre as qualidades que um Capitão irrepreensível deve possuir e ostentar, muito embora acabe por desculpabilizar Afonso de Albuquerque. Apela, pois, à ocasião e ao lugar, evocando a necessidade de impor a ordem e a disciplina entre os soldados e, assim, ser necessário reprimir o que “a fraca humanidade e Amor desculpa”.

Conclui-se esta sequência com o confronto estabelecido entre Albuquerque, por um lado, e Alexandre Magno, Ciro e Carlos, o Calvo, por outro, por estes terem actuado de modo magnânimo, perdoadando e oferecendo até aos súbditos apaixonados a possibilidade de consumarem a relação amorosa a que aspiravam, pelo que tais exemplos se aproximam mais da actuação exemplar que um perfeito Comandante deve assumir:

48 “Viu Alexandre Apeles namorado  
Da sua Campaspe, e deu-lha alegremente,  
Não sendo seu soldado *experimentado*,  
Nem vendo-se num cerco duro e urgente.  
Sentiu Ciro que andava já abrasado  
Araspas, de Panteia, em fogo ardente,  
Que ele tomara em guarda, e prometia  
Que nenhum mau desejo o venceria;

49 Mas, vendo o ilustre Persa que vencido  
Fora de Amor, que, enfim, não tem *defensa*,  
Levemente o perdoa, e foi servido  
Dele num caso grande, em recompensa.  
*Per* força, de *Judita*, foi marido  
O férreo Balduino; mas dispensa  
Carlos, pai dela, posto em cousas grandes,  
Que viva o povoador seja de *Frandes*.”

(Camões (1989), X, 48-49)



Assim, na esteira de Camões, coube depois a Francisco Sá de Meneses trazer à liça as proezas deste herói, ao consagrar-lhe a totalidade de uma epopeia, publicada em 1634, com reedição logo em 1658, com o título de tassiânica reminiscência, *Malaca Conquistada*, em que Albuquerque se assume como o protagonista de todo o canto épico, agora moldado já de acordo com as normas e os códigos entretanto vulgarizados da poética sistematizada por Torquato Tasso (Cf. Tasso (1964)).

Depois, só mais tarde caberá a Francisco de Pina e Melo<sup>1</sup> recuperar as suas façanhas, para lembrar e exaltar a conquista de Goa e, conseqüentemente, a fundação do Império Português no Oriente.

Pina e Melo, Moço da Casa Real, nasceu em Montemor-o-Velho, em 1695. Frequentou a Universidade de Coimbra e desempenhou as funções de Qualificador, como Censor que era do Desembargo do Paço. Cultivou as ciências, as artes e a literatura com tal desvelo, que era considerado um dos homens mais eruditos do seu tempo. Foi Membro da Academia Real da História, da Academia dos Aplicados e da Academia dos Ocultos. No âmbito da produção poética, a sua obra evidencia uma clara evolução do gongorismo para o neoclassicismo, representando ele uma das figuras-chave da transição, situadas entre ambos os paradigmas. No fim da vida, suspeito aos olhos do Marquês de Pombal, ainda sofreu a prisão, em Coimbra, acusado de inconfidência. Faleceu igualmente em Montemor-o-Velho, em 1773. Além de epitalâmios, élogos, apólogos e panegíricos compostos para ocasiões especiais, da sua produção poética sobressaem as *Rimas* (1727), *A Bucólica, repartida em dez eglogas de estilo rústico, a que se*

<sup>1</sup> Acerca da vida e obra deste autor, veja-se Segismundo António Coutinho, *Carta crítica, em que se pesa o valor da chamada parenésis de Francisco de Pina e Melo*, Coimbra, s. d.; António Ferrão, "O poeta e erudito Francisco de Pina e Melo (1695-1773). Subsídios para a sua biografia", in: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. XX, Lisboa, 1926-1929, pp. 101-239; Jacinto do Prado Coelho, "A musa negra de Pina e Melo e as origens do pré-romantismo em Portugal", in: *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*, Tomo VII, Lisboa, 1959; Jacinto do Prado Coelho, *Poetas Pré-Românticos*, Coimbra, Almedina, 1961; Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização Literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1961, pp. 641-660; Joaquim Correia, "Melo, Francisco de Pina e", in: *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Vol. 3, loc. cit., Col. 604-608; António Manuel Esteves Joaquim, "Francisco de Pina e Melo, o Corvo ou o Cisne?", in: Maria José Azevedo Santos, António Manuel Esteves Joaquim e Virgínia Morais Gomes, *Montemor. História, Poesia e Arte*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal, 1999, pp. 19-56.

*pode chamar: Ética pastoril* (1755), e dois poemas épicos: o *Triumpho da Religião* (1756) e a *Conquista de Goa* (1759). Traduziu o *Édipo* (1765), de Sófocles, e compôs uma *Arte Poética* (1765). Da sua obra em prosa, merece ser lembrado o *Theatro de Eloquência, ou Arte de Rethorica, fundada nos preceitos dos melhores oradores gregos e latinos* (1766), bem como os escritos que resultam da polémica em que se viu envolvido sobre o *Verdadeiro Método de Estudar (Balança intellectual, em que se pezava o merecimento do 'Verdadeiro Método de Estudar'* (1752), a *Carta ao sr. L. A. V.* (1754), e as *Conferências expurgatórias, que teve com o doutor Apollonio Philomuso o auctor da 'Balança intellectual'* (1759)).

Dividido entre a estética barroca, que se evidencia mais nos esquemas mentais sobre a vivência da religiosidade patente nos poemas e em alguns aspectos de composição, as suas obras já apontam para os novos preceitos e doutrinas que chegam da Europa, e mais especificamente de Itália, sobretudo no que se refere a uma concepção de apreciar e concertar a criação poética. O conceito de "bom Gosto", forjado por Crescimbeni e Gravina e, depois, delineado de modo mais transparente por Muratori, fora uma das ideias que norteava a acção dos catorze fundadores da Arcádia Romana (e que Pina e Melo assume como seu), quando se propuseram eliminar da poesia italiana o "mau gosto" barroco, reconduzindo a expressão literária às fontes da "naturalidade" e do "verosímil", isto é, às duas vertentes sobre as quais se edificou a ideia de "Bom gosto" neoclássico. Aníbal Pinto de Castro, em *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Renascimento ao Neoclassicismo*, assim o define, de modo sintético, baseando-se na obra de Cândido Lusitano: «[...] O bom gosto era a capacidade de regular a criação literária, de modo que a obra, como se fosse um quadro, apresentasse "toda aquela boa ordem e disposição, que pede a matéria, debuxando-a com uma natural graça, e precisa exacção, e enfim dando-lhe aqueles últimos toques, que fazem o composto não só delicado, mas vivo"»<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Renascimento ao Neoclassicismo*, loc. cit., p. 476. Sobre a defesa e difusão deste conceito em Portugal, veja-se Mariana A. Machado Santos, "Verney e o bom gosto", in *Seara Nova*, nº 10161017, Lisboa, 1947, pp. 42-46; Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Renascimento ao Neoclassicismo*, Coimbra, 1973, pp. 410, 439440, 475-479; Aníbal Pinto de Castro, "Alguns aspectos da teorização poética do neoclassicismo português", in *Bracara Augusta*, vol. 28, 1974, pp. 517.

É precisamente este critério que preside à reelaboração do assunto referente à conquista de Goa, no poema de Pina e Melo. Sem se alongar em relatos bélicos, bárbaros em excesso para a sensibilidade setecentista, a diegese mais parece a de um romance, com episódios de índole amorosa que divergem da linha de acção central, que se quer unitária.

Assim, tudo começa, em paralelo com o modelo camoniano, com a intervenção das entidades sobrenaturais, desta vez dos Infernos, que tudo fazem para impedir a plena realização dos êxitos dos Portugueses e se manifestam, de modo racional, através de uma gigantesca tempestade que arrasta as naus de Afonso de Albuquerque para o país dos gigantes, governados por Hunnathilpha. Aí, o monarca local acaba por o acolher condignamente e proporciona-lhe o necessário apoio, apresentando-lhe ainda a família. A seu pedido, Albuquerque descreve a geografia de Portugal e faz a narrativa dos feitos dos Portugueses, de modo sumário, de D. Afonso Henriques a D. Manuel; expõe o sonho que estimula o rei português a prosseguir até à Índia; faz a descrição geográfica do Indostão e enumera as armadas que, desde Vasco da Gama até à sua, atingiram as costas indianas, concluindo o relato com o elenco das vitórias que conduziram ao domínio das rotas de Ormuz, Calaiate, Curiate, Mascate, Soar, Orfaçam e da Ilha de Gerum. Enquanto os nautas reparam os navios, insere-se no poema um episódio singular, de uma floresta encantada, decalcado de Tasso, e o monarca da região fala dos costumes, da paz e da guerra, bem como da economia local baseada na agricultura, assim como de questões teológicas, deixando entrever a crença num Deus único e a possibilidade de futura conversão.

Visando a conquista de Goa, Afonso de Albuquerque deixa um dos seus, Corvinel, na Corte de Hunnathilpha e estabelece uma aliança com Timoja, da Ilha de Angediva. Depois de uma descrição sumária da praça-forte, abre-se espaço ao plano do maravilhoso e um feiticeiro, Alfarami, invoca as forças infernais para impedirem o sucesso das armas portuguesas. Entretanto chega Corvinel, acompanhado de um dos príncipes gigantes, Quinele, que contribui para a feliz ocupação da cidadela, enquanto Timoja se apossa de um dos fortes que garante a defesa da região. Hidalcão, senhor da cidade até à conquista, encontra-se afastado em combate nas fronteiras do território e envia o embaixador Mir Alle a estabelecer conversações com o Comandante

português. Enquanto o feiticeiro exacerba o Indiano, Quinele é baptizado segundo os rituais católicos. Surpreendentemente, Hidalcão reconquista a cidade e os Portugueses vêem-se obrigados a retirar. Albuquerque recomeça, entretanto, a preparar a contra-ofensiva e aí se introduz o relato do duelo de Quinele com um persa, dando azo à apresentação de uma novela sentimental encaixada, protagonizada por Alintho e Fátima, moira natural de Goa – que bem se enquadraria nas *Mil e uma Noites* –, embora encadeada com o triste episódio da sentença de morte de Rui Dias. Proporcionam-se, então, as condições para que se teçam considerações sobre os conceitos de heroísmo e tirania. É curioso, todavia, que esta secção romanesca constitua o desenvolvimento de uma sugestão adiantada por João de Barros, como o próprio poeta esclarece:

“Todo este episódio se fabricou sobre o fundamento histórico, que refere João de Barros na citada *Década Segunda*, lib. 5. cap. 7.”

(Melo (1759), V, p. 179, nota)

Sucedese o ataque ao forte de Pangim, encontrando nele a morte António de Noronha, sobrinho de Albuquerque, pelo que, de seguida, têm lugar as honras fúnebres e a preparação do funeral.

De seguida, o Patrono das Índias alerta em sonhos D. Manuel para os perigos que os Portugueses correm e o monarca envia a armada de Gonçalo de Sequeira. Depois de se acudir a Cochim, entretanto ameaçada pelo Samorim de Calicut, e o grosso das naus aguardar em Cananor, Afonso de Albuquerque visita um eremita na Ilha de Angediva, que faz a profecia da vitória e exalta a acção da Companhia de Jesus como agente da evangelização do Oriente. A retardar a acção, tem lugar o casamento de Timoja com a filha da rainha de Garzopam, atrás referido. O discurso poético alarga-se em descrições de jardins e maravilhas de encantar, de palácios, cerimónias e bodas... Chegam, entretanto, reforços da Pérsia, e com eles, informações que contêm o desfecho trágico da novela de Alintho e Fátima. As forças infernais intervêm novamente, passando à acção, e visam destruir a armada, enquanto os Portugueses se acham distraídos com o relato de Corvinel sobre o Reino dos Gigantes. Depois da morte de Quinele, que se descobre afinal ser Amalinta, a armada lusa é atacada pelos lagartos, que acabam

derrotados. Hídalco é aconselhado durante o sono a fugir, deixando a cidade desprotegida. Ainda tenta encobrir a cobardia, convocando e dirigindo a palavra aos elementos da corte. Finalmente tem lugar o assalto à cidade, concluindo-se o poema de modo apoteótico, com a vitória lusitana.

Se este é o enredo do poema, torna-se curioso verificar como nele se cruzam modelos e se articulam vectores de diferente proveniência. A proposição distancia-se do paradigma camoniano,

“Canto o insigne valor de um braço forte,  
Que dominando o abismo, o Fado e a Morte,  
Com impávido esforço e mais que humano,  
Fundou no Oriente o Império Lusitano.”

(Melo (1759), I, p. 1)

e algo de semelhante acontece com a invocação, desta vez dirigida a uma entidade divina, embora um tanto imprecisa, que leva o leitor a identificá-la com Deus, em honra do qual toda a acção acaba por se desenrolar, segundo a lição de Torquato Tasso:

“Inspira-me, ó divina Inteligência,  
Aquele soberana preeminência  
De um alto influxo, de um feliz decoro,  
Com que acendes o estímulo canoro:  
Infunde-me um espírito eloquente;  
Um luminoso impulso, um génio ardente:  
Lembra-me as causas, que me oculta a fama:  
Descobre-me o destino, expõe-me a chama,  
Que encheu de tanto arrojo o ardor invicto  
Entre os horrores do mortal conflito  
Para ilustrar o templo da memória:  
Faze nas minhas cláusulas notória  
Aquele direcção, com que a ousadia  
Levou tão grande empresa à luz do dia,  
Banhando de uma nova claridade  
Os gloriosos troféus de Heroicidade.”

(Melo (1759), I, pp. 1-2)

Para além da forma estrófica adoptada, que segue e matriz virgiliana, a componente homérica transparece mais no relato feito sobre o Reino dos Gigantes que o leitor avisado associa de imediato ao dos Ciclopes, na Odisseia, desta vez em recorte mais elaborado. No entanto, aí se abre espaço para a visão já iluminista do autor, perante o fascínio sentido pelo orientalismo, expresso no exotismo dos costumes, na ostentação do modo de vestir e dos ornamentos do monarca local. O homem de Setecentos, afinal, acaba por admitir e reconhecer a importância e riqueza de outras culturas de modo menos despreconceituado, não ocultando sequer a admiração sentida por aspectos e atitudes que deslumbram qualquer ocidental. O modo como o rei Hunnathilfa se apresenta, quer pela sua chegada triunfante, quer pelo séquito e pela indumentária, vai ao encontro desta nova perspectiva com que as outras culturas são encaradas e apreciadas:

“Em um andor de estranha arquitectura  
Se entroniza a terrífica estatura  
Do robusto Hunnathilfa, conduzido  
Nos ombros dos mais válidos gigantes:  
Com matizes das pedras mais brilhantes;  
E em doze balaústres se sustinha  
Um alto pavilhão, onde a escarlate  
Luzia mais, que o coiro, remontado  
Ia de sorte o trono sublimado,  
Que fingia na máquina rotunda  
O aspecto de uma torre vagabunda:  
De uma roupa talar, tecida em oiro,  
Vestido vinha o Rei; e um manto traça  
De pano carmesim, todo forrado  
De finíssimas peles; todo orlado  
De esmeraldas, topázios, e safiras:  
O cinto aperta um camafeu luzente;  
Dele pende um terçado, tão brilhante,  
Que parece se fez de um só diamante:  
No diadema se empenha o claro Oriente  
A mostrar os tesoiros, em que a aurora

Alenta tanta mina brilhadora:  
 De coiro mais cheiroso, que as algalias,  
 As correias se tecem das sandálias,  
 Com fechos de rubis, aonde a grandeza,  
 Pisando, exalta mais tanta riqueza.  
 Na espádua desigual de dois camelos  
 Quinele e Artale o Rei aos lados leva:  
 Vão diante os nobres, imitando o traje  
 Da Família Real: cinge o concurso  
 Um feroz esquadrão, que o Tigre e o Urso  
 As peles lhe concede, para gala  
 Do aparato guerreiro: busca a sala  
 O Rei, e a Corte; e então e uma cadeira,  
 Que tolda um pano rico, se ergue Afonso,  
 E à portada do sítio, aonde o esperava,  
 Guia com grave aspecto o seu desejo  
 Para a parte mais digna do corte.

(Melo (1759), I, pp. 35-37)

A contrabalançar, porém, todo esse fascínio e deslumbramento, em tal cenário havia que realçar as superiores qualidades dos Portugueses. Para tal, o poeta coloca na boca de Hunnathilpha a exaltação das virtudes lusitanas, muito particularmente o heroísmo dos nossos nautas, reconhecendo neles capacidades comparáveis às das divindades, muito embora inferiores em tamanho, se confrontados com a estatura do seu povo:

“Eu não tenho expressões, com que declare  
 O assombro, que me causa este compêndio  
 Da vossa Lei, e acções, nem cabalmente  
 Posso explicar a ideia preeminente,  
 Que formo de uns espíritos tão raros,  
 Tão excelsos, tão justos, tão preclaros,  
 Que excedem tanto a ingénita fraqueza  
 De uma confusa, humana Natureza.

Vós combateis do mar e vento a fúria:  
 Vós chocais com o horror, e com a injúria,  
 Com que perturba o Mundo o fero Abismo:  
 Vós desprezais o horrendo paroxismo  
 Da Fortuna e da Morte: e sem desmaio  
 Desprendeis o trovão, vibrais o raio,  
 Atroando e rompendo as duras fronte  
 Das altas serras, e soberbos montes:  
 Vós sois ao mesmo tempo compassivos,  
 Vigilantes, benévolos, activos:  
 Vós conferis solícito agasalho  
 Na aflição, na penúria, no trabalho  
 Vós não moveis a bélica potência  
 Senão onde encontrais a resistência:  
 Digo, pois, que a não seres Divindades,  
 Sois homens de tão novas qualidades,  
 Que parece que o incógnito destino  
 Pode dar a um mortal um ser divino.”

(Melo (1759), III, pp. 81-82)

E se tanto vale a heroicidade do colectivo dos navegadores portugueses, Afonso de Albuquerque não deixa de merecer o devido encómio a título individual. Na realidade, nele se concentram as virtudes de um guerreiro, actuando continuamente de modo destemido, ousado, imperturbável perante o perigo, mas também temeroso a Deus e piedoso, de acordo com a prescrição dos códigos épicos da época (Cf. Ferro (2004), pp. 146-147 e 640).

“Tudo confuso está, tudo assombrado:  
 Ao Herói somente o espanto lhe não tinha  
 Mudado o coração: maior, que o fado,  
 Maior, que a desventura, ali sustinha  
 Todo o eminente ardor do seu esforço:  
 Por mais que o Inferno, e a Morte o horrendo aborto  
 Das ígneas fúrias vomitar pretendia,  
 Inútil este horror, esta contenda

É no espírito excelso de Albuquerque:  
 Bem que o assombro terrífico lhe cerque  
 O seu sublime alento, nada importa:  
 Fechada a prevenção, cerrada a porta  
 Do vigor com um vínculo robusto,  
 Nunca se abriu ao medo, nunca ao susto,  
 Que algum objecto ofereça...”

(Melo (1759), IV, p. 154)

Por conseguinte, não admira que, no final do poema, em campo de batalha, a ele se devam os feitos mais notáveis, para exemplo dos seus capitães e dos homens que comanda. A sua espada adquire os contornos das armas de heróis como Orlando, quase com vida própria, tudo arrasando e destruindo, impelindo e arrastando o próprio herói que a empunha. Cego pela intensidade da vivência dos acontecimentos, Albuquerque deixa-se conduzir por esse êxtase guerreiro e só muito mais tarde se apercebe do estado em que a cidade ficara. Será a embriaguez da luta que o domina, mas, no fim, tudo se aplaca com a entrega e a consagração da cidade à Fé de Cristo:

“Depois deste clamor, parece um raio  
 A espada do Albuquerque; tudo rompe,  
 Fulmina, rasga, desordena, oprime:  
 Instado de um espírito sublime  
 Força a tremenda liga da Estacada,  
 E com uma veemência arrebatada,  
 Dando sobre o tumulto, que a defende;  
 Despenha, abate, desbarata, rende  
 Quanto faz embaraço ao seu arrojo,  
 Levando diante, como a força horrível  
 De um indómito Rio, os temerários,  
 E rústicos estorvos, que se atrevem  
 A deter seu undoso precipício:  
 Sobe ao terreiro, produzindo o indício  
 Da auspicada vitória; e apenas chega  
 Toda aquela paixão bárbara, e cega,

Em que dura a implacável contumácia  
 De manter a Cidade; num momento  
 Viu Afonso desfeita: Uns oprimidos  
 Com a força do ferro: outros fugidos,  
 O intento desamparam: de outra sorte  
 O Sol não vence as sombras, quando inculca  
 No horizonte os seus raios, nem desata  
 Mais facilmente a nuvem, que arrogante  
 Pretende escurecer o seu semblante.

Goa, enfim, é de Cristo.”

(Melo (1759), X, pp. 364-366)

A presença divina torna-se palpável ao longo da obra, não só porque justifica toda a empresa, mas também porque Deus se assume como uma entidade interveniente na acção. Aliás, a opção pelo uso do maravilhoso cristão implica a Sua intervenção activa na diegese, seguindo de perto o paradigma tassiano. Primeiro, porque os portugueses Nele depositam uma confiança inabalável, bem como na protecção que Dele esperam alcançar, como Quinele advoga quando repreende Mendes Sequeira:

“E de que serve a voz deste maligno,  
 Mentiroso contrário, quando tendes  
 A palavra, e a promessa indefectível  
 Não menos, que de um Deus, em que descansa  
 A firmeza do Mundo? Sem mudança,  
 E sem alteração, não se eternizam  
 Os cristalinos vínculos dos orbes,  
 Sem outra força, e fortaleza, que este  
 Imutável sinal do excelso impulso?  
 Todo o Universo frágil, e convulso  
 Não se porá primeiro, do que falte  
 Este divino empenho? Os Portugueses  
 Não são os que têm dito tantas vezes  
 Que ao seu primeiro Rei lhe assegurara

Este mesmo Senhor estas províncias,  
 Para espalhar as luzes do Evangelho?  
 Pois como há quem se aparte de um conselho,  
 Resolvido no eterno Consistório?  
 E se o mesmo conselho tão notório  
 Se tem já feito às armas Lusitanas  
 Nas Conquistas do Oriente, será crível  
 Que eu veja Português, tão vacilante,  
 Que repugne o desígnio mais constante,  
 E o mais experimentado nas proezas,  
 Que hoje está felizmente descobrindo  
 Tudo o que o Ganges cerca, e abraça o Indo?”  
 (Melo (1759), VI, pp. 214-215)

Depois, porque a moral entre as forças lusas se restabelece, graças à profecia da vitória, pronunciada pela boca do referido eremita da Ilha de Angediva, numa clara prolepse de que vive a composição da acção épica, mas que, em simultâneo permite a divulgação e até a proclamação do testemunho de cosmopolitismo do homem de Setecentos, a sua abertura perante outras crenças e o seu ideal de tolerância:

“Goa será de Cristo: das mesquitas  
 Se abolirão as máximas precisas  
 Do nefando Alcorão: santificadas  
 Se hão-de ver com as cláusulas sagradas  
 Da Bíblia santa: O eterno Consistório  
 Tem destinado a Goa para Empório  
 Da Católica Índia: alta Cabeça  
 Será sempre do esplêndido domínio,  
 Que na Ásia fundais: Seu patrocínio  
 Lhe tem dado o poder de um Deus imenso:  
 Este é o ano, em que está determinado  
 Que Cristo ocupe a Goa; e exterminado  
 Eternamente fique o escuro Abismo,  
 E o torpe Mauritano no aforismo

Com que o Céu tantas vezes insultarão:  
 Ano sempre feliz; ano que inclui  
 O milenário número, e a metade  
 Desta conta, e dez mais, para que seja  
 De indefinita imagem, com que a Igreja  
 Na harmonia das partes alíquotas  
 Felicite as Províncias mais remotas.  
 Primaz do Oriente a episcopal cadeira  
 O Oráculo fará do Vaticano:  
 Sete Paróquias, que serão exemplos  
 Das sete instituições, que a Lei da Graça  
 Nos propôs nos Mistérios Sacrossantos,  
 Ornarão a Cidade; socorridas  
 De claustros penitentes, onde as vidas  
 Em devotos silêncios reconhecem  
 As distâncias do acerto, e do delírio,  
 Que há entre o cego Mundo, e o claro Empíreo.”  
 (Melo (1759), VI, pp. 222-223)

Por último, porque a intervenção divina se concretiza de modo não muito diferente do que acontece nos poemas homéricos, em especial na *Iliada*, em que os deuses vêm lutar ao lado dos homens e se confundem com eles no campo de batalha. Agora, a Divindade envia os Seus Anjos, couraçados guerreiros que ajudam, primeiro, no auxílio à armada, ameaçada pela borrasca provocada pelos deuses infernais,

“Acorda Afonso ao estrondo da borrasca,  
 E acode à praia repentinamente  
 Para dar mais esforço no perigo:  
 E ao mesmo tempo acode o céu piedoso,  
 Pois descem deste assento luminoso  
 Brilhantes Paraninfos, que sustentam  
 Na firmeza as amarras: [...]”  
 (Melo (1759), VII, p. 263)

e, depois, na derradeira batalha contra os infiéis e contra as entidades sobrenaturais que os secundam:

“Opondo-se aos terríveis ameaços,  
 Pretende o Céu mostrar que nos ajuda,  
 Com seu alto poder; pois contra a ruda,  
 Infame sugestão, que o abismo ordena,  
 Descende pronta da Região serena  
 Uma esquadra de Angélicos impulsos,  
 Que fulminando os ínclitos luzeiros  
 Sobre a chusma feroz das ígneas sombras,  
 Despenha num instante o arrojo vago  
 No mais profundo horror do eterno lago.”  
 (Melo (1759), X, p. 363)

Aos portugueses e aos Anjos opõem-se, pois, as forças infernais, o dragão devastador, os monstros das profundidades, que ocupam os lugares cimeiros nas ameias e, de forma alegórica, aterrorizam os combatentes, com as formas ameaçadoras que assumem e o tom angustiante do alarido intimidante que emitem:

“Vários monstros figura: Hidras vorazes,  
 Torpes cérberos, grifos contumazes,  
 Feios Centauros, Górgonas disformes,  
 Cruas Harpias, Áspides enormes,  
 Com formidáveis silvos, desatando  
 O mesmo corpo, que os está formando,  
 Rebentam entre a sombra, que as enreda,  
 Em ruidosa, contínua labareda.”  
 (Melo (1759), X, p. 363)

Por conseguinte, a acção verdadeiramente épica fica resumida a uma parte residual do poema, preenchendo apenas o canto IV, quando os Portugueses ocupam a cidade desprevenida, na ausência de Hidalcão, e depois, no Canto X, quando tem lugar a conquista definitiva. Na primeira ocupação

daquela praça-forte, marcada pela facilidade com que a empresa se realiza, o poeta espraia-se em deleitosos versos, procedendo à descrição da cidade de Goa, evidenciando a sua opulência e posição estratégica, mediante a inclusão de amplos dados sobre a localização, dimensão, fauna (muito particularmente a abundância de lagartos peçonhentos), águas e ares saudáveis:

“Nesta terra, a que os Índios dão o nome  
 De Canará, na parte onde um terreno  
 Se forma entre dois braços, com que o golfo  
 O cerca pelos lados, que no idioma  
 Destas Províncias o apelido toma  
 De Tiçuari, e nelas significa  
 Trinta Aldeias, se estende, ou amplifica  
 A brilhante Cidade, dando aos olhos  
 Um respeitado aspecto nos indícios  
 Do trato, e da riqueza: os edifícios  
 Mostravam na valente arquitectura,  
 Entre a mesma soberba, a formosura.

Discorre o largo muro pela frente:  
 Sobranceiro à cidade fica o monte,  
 Que em todo o Malabar Gate se chama:  
 Desde a sua eminência aos dois esteiros,  
 Que se ajuntam, depois, de feita a Ilha,  
 Descem diversos rios, que formando  
 Vários passos na praia, e conservando  
 Um de Benestari o nome antigo,  
 Outro de Gondali; este o perigo  
 Tem de ser habitado dos mais ferros,  
 E vorazes lagartos, que os abortos  
 Da espécie anfíbia nunca tanto instaram  
 Em quantos verdes monstros disformaram;  
 Nem mais atrocidade inspira o Nilo  
 No indómito, aleivoso crocodilo.

Da Ilha o comprimento, quem começa  
 Pela parte oriental daquele passo,  
 Benestari chamado, ao mar três léguas  
 Bem se podem contar; e uma somente  
 É que faz a largura: a terra é quente,  
 Sem charcos, e saudável: frutas, águas,  
 Ar puro, e tudo o mais, que forma a ideia  
 No precioso tesouro de Amalteia.

Gate se finge um rústico gigante,  
 Que choca com aira das escumas:  
 Por toda a parte sobe alcantilado,  
 De sorte que parece um grande, e irado,  
 Que cai sobre o mar; e do seu cume,  
 Bárbaro, e solitário, se descobre,  
 Toda a extensão do escândalo salobre,  
 E até onde chegar se atreve a vista.”  
 (Melo (1759), III, pp. 113-115)

É nesse contexto, e em ambiente festivo que Albuquerque atravessa a multidão que ocorre para o ver, progride pelas artérias da cidade e ocupa os paços dos antigos governantes, usufruindo da pompa e da riqueza que outrora a eles pertencia... Tinha sido, de facto, uma conquista demasiado fácil de realizar.

“[...] Leva o ferro  
 A armada, e entra no Rio, dando fundo  
 Bem à vista de Goa: ocupa a areia  
 O Herói, e os Capitães, que estava cheia  
 De toda a multidão daquele Povo,  
 Que concorria a ver a nossa entrada:  
 Monta o herói numa pia acobertada,  
 Que prevenida estava a este intento:  
 Entre os nossos guerreiros se encaminha,

Quase como em triunfo, onde lhe tinha  
 Preparado o governo o alojamento  
 Nos paços do Sabaio: casas grandes,  
 Em que não se sabia se a grandeza  
 Na pompa era maior, que na riqueza.”  
 (Melo (1759), IV, pp. 138-139)

Por isso, depois da consequente e apressada retirada, os planos para a reconquista da cidade são mais cuidadosos e os preparativos estudados à exaustão. Espera-se o momento certo, o da fuga de Hídalção e, aí, a marcação da data do ataque enriquece-se com contornos providenciais: o dia de Santa Catarina, mártir que havia inspirado Joana d’Arc à acção e a tinha levado a salvar a França do domínio inglês:

“No tempo em que o Hídalção se retirava,  
 O Herói em toda a armada promovia  
 A expugnação de Goa: Elege o dia  
 Daquela invicta Santa, a quem a Igreja  
 Concedeu o Carácter de Doutora;  
 E antes que ao Mundo esclarecesse a aurora,  
 Subindo os Capitães à Capitana,  
 E todos os Fidalgos, que interessa  
 Nesta empresa o valor, e aquela glória  
 Com que buscam na fama, uma memória,  
 E uma vida, que nunca desfalece,  
 Pendentes do que Afonso lhes mandasse;  
 Primeiro do que as ordens declarasse,  
 De agrado o seu semblante revestido  
 Seu ânimo explicou neste Sentido:”  
 (Melo (1759), X, p. 338)

Instruídos os capitães de campo, o dia dos combates escande-se lento, penoso e trabalhoso, segundo as horas do dia. Tudo começa alta madrugada, antes de a alvorada ser perceptível.



“Inda Alva na Esfera não abria  
Do Sol aos passos o caminho ardente,  
Quando a Cidade ouvia de repente  
Em Mandovi a Voz das nossas armas:  
E presumindo que por este sítio  
Buscávamos o assalto, ali se ajunta  
Quase todo o poder, que Goa tinha:  
Esta chamada falsa é que convinha  
Ao projecto da empresa; e este era o intento,  
Com que neste lugar o movimento  
Se fez daquele estrondo belicoso;  
Que os Capitães formaram mais ruidoso,  
Que o número das tropas, que aqui estavam.”

(Melo (1759), X, pp. 346-347)

Quando o dia nasce, o assalto ganha outras proporções, traduzidas pelo rufar dos tambores e pelo som dos clarins que convidam e incitam ao combate. Se o ímpeto dos portugueses arrasava o dos moiros, a atrapalhão das hostes sitiadas a custo conseguia fazer-lhes frente. Pina e Melo recorre, então, a um tipo de discurso poético, em que a componente sonora traduz expressivamente a violência e a intensidade da luta, porventura até porque os fumos e a confusão impediam que os contornos da realidade fossem eficazmente perceptíveis:

“[...] Já neste tempo  
Vinha o dia subindo no Horizonte,  
E já pela extensão da praia, e monte  
Se ouvia em toda a parte o eco horrível  
Dos clarins, e tambores: e não sabem  
Os Moiros onde acudam, pois em todo  
O círculo do muro estala a chama,  
Ferve o horror, grita o aço, a gente clama.  
De Mendes o esquadrão é que susteve  
Todo o impulso ao princípio do combate,  
Por lhe caber a parte, onde os navios

Dos Moiros se empenhavam na defesa:  
Era o ímpeto enorme, a ira imensa  
Nos inimigos, para sustentá-los,  
Em nós, para rendê-los, e expugná-los.

Infelizmente, as hórridas bombardas  
Gritavam com as cóleras bastardas  
Do fogo, e ar nos bronzes oprimido:  
Debalde ser intenta socorrido  
O ataque pelos Bárbaros; pois toda  
A praia já se achava fulminada  
Pelo veemente ardor da nossa espada:  
Geral se tinha feito o horror, e a fúria  
Do indignado Mavorte: Não havia  
Lugar, aonde a intrépida ousadia  
Do braço Lusitano à parca dura  
Não tomasse o terrífico instrumento,  
Para cegar as vidas no momento,  
Em que vibrava o golpe: [...]”

(Melo (1759), X, pp. 347-348)

O uso de artilharia vem acentuar ainda mais a fúria e o ardor do embate, aspecto que intensifica e inflama sobremaneira a intrepidez e a ousadia dos Portugueses em campo de batalha, muito particularmente ali na praia que acede às portas da cidade. E a descrição da violência dominante faz aflorar a sensibilidade de um poeta já formado segundo os ideais do Iluminismo, conduzindo-o a uma denúncia da brutalidade da guerra, porventura desnecessária e injustificada em determinadas ocasiões – mensagem essa que se torna perceptível nas entrelinhas do relato, muito embora contrabalançada pelo ardor patriótico e pelo espírito religioso que a acalenta:

“Nem se via tão pouco a mortandade  
Que o nosso ferro ardente tinha feito  
Naquela chusma indómita: Somente  
Se conhecia o estrago, porque a planta  
Não pisa mais que toucas e marlotas,

Chuços quebrados e coiraças rotas;  
 Sem haver, nem um morto (coisa incrível!)  
 Inda da nossa parte: o estrondo horrível,  
 Que forma na Ribeira esta disputa,  
 Chamou a guarnição, que dentro estava;  
 E com este socorro, inda mais brava  
 Se acende a Oposição: [...] O perigo  
 Aqui não se conhece; só se atende  
 À Violência, ao furor, à ira, à raiva,  
 E a todo o fero impulso, que domina  
 O destroço, a crueldade, a morte, a ruína,  
 Para ver se nos ímpetos descansa  
 A inextinguível sede da Vingança.”

(Melo (1759), X, pp. 349-350)

O clímax é atingido quando a fúria dos guerreiros tudo e todos alcança, sem a noção precisa de quem se fere, numa rendição plena ao domínio da violência e da destruição, em que a irracionalidade tudo domina e a todos os recantos se propala. O alinhamento de verbos e substantivos, a ostentação e a acumulação de termos quase sinónimos, assim como a enumeração caótica de elementos, bem explicitam a densidade da fúria devastadora dos conquistadores:

“Pelas bravas fileiras o conflito  
 Dos invictos guerreiros, arrebatada,  
 Aniquila, confunde, desbarata  
 Tudo quanto descobre, quanto encontra:  
 Ferve a Cidade em gritos, e clamores:  
 Em toda a parte há fogo, armas, horrores,  
 Violência, confusão, mortes, perigos:  
 E é tal o espanto, que inda os inimigos  
 Não sabem se os amparam, se os ofendem,  
 Se os cercam, se os combatem, se os defendem;  
 E tudo, o que está dentro da muralha,  
 Parece mais tumulto, que batalha.”

(Melo (1759), X, pp. 355-356)

Por isso, uma vez mais torna-se oportuno e sugestivo o estabelecimento de nexos com outros episódios paralelos que a História nos legou, outras cidades devastadas pela violência da guerra. Se a primeira alusão literária nos remete para Cartago, é, sem dúvida, o exemplo de Tróia que mais elucidativo se torna para melhor exprimir o estado de devastação em que Goa se depara aos olhos do conquistador:

“[...] Outra Cartago  
 Representava Goa: a mesma Tróia  
 Entregue às iras do indignado Pirro,  
 De Aquiles, Menelau, Aias, e Merion,  
 Não formou outro aspecto mais medonho  
 Entre as chamas, e as armas furibundas,  
 Que o das paixões funestas, e iracundas,  
 Em que a Cidade ferve, pula e geme:  
 Em gritos se abre o ar, a terra treme  
 Ao peso dos furores: os turbantes,  
 E as toucas andam pelo vento, errantes:  
 O campo se acha todo alcatifado  
 De míseros despojos, com que a morte  
 Concerta os seus triunfos: as falanges  
 Não pisam mais, que bárbaros alfanges,  
 Cimitarras, Sampsiras, e coiraças,  
 Lanças, adagas, frechas, chuços, maças,  
 Cabeças, pernas, braços destroncados;  
 E já sem forma os corpos espalhados  
 Pelos golfos de sangue, em que se afoga  
 Horrivelmente o circo, mais tremenda  
 Propõem a perspectiva da contenda.”

(Melo (1759), X, p. 360)

A desordem dominante misturava armas com partes de cadáveres mutilados. Afonso de Albuquerque vencida como um cristão e triunfava como um pagão, pela força da violência e da brutalidade – como é hábito dizer-se que esses teriam sido os termos usados para qualificar ao tempo os

feitos heróicos deste bravo Capitão. Não obstante, nos intervalos do relato bélico, ainda se abre espaço para momentos de pausa, como os pequenos episódios que tratam da fuga e libertação de um casal muçulmano, por acção de Pantoja, graças à força redentora do amor, já que a mulher pede clemência para o marido e se oferece para morrer em seu lugar (Cf. Melo (1759), X, pp. 357-359). Será mais uma bonita história sentimental a ilustrar o poema e mais uma oportunidade para mostrar como os heróis lusitanos também sabem ser clementes no momento oportuno. Outro episódio aí inserido, de pendor mais dramático, é o que trata da morte de Jerónimo de Lima, sobretudo quando este se despede do irmão, João, que prossegue o combate:

“Movido João de Lima dos afectos,  
Que a natureza inspira ao peito humano,  
Cheios de pranto os olhos, pretendia  
Ficar do Irmão na triste companhia

Para haver de assistir-lhe justamente  
Neste transe mortal: não o consente  
O esforçado guerreiro, antes lhe disse:  
Deixai-me aqui morrer, com toda a glória,  
Que se pode esperar de um sangue ilustre;  
Porque Eu; já que seguir os mais não posso,  
Fico no meu lugar: Vós ide ao vosso.”

(Melo (1759), X, pp. 353-354)

Encerra-se o poema com um breve apontamento de marca pedagógica, evidenciando a lição a retirar da leitura da epopeia. É o Heroísmo o valor que melhor poderia definir o carácter do protagonista, o inspirava e nele fundava a sua actuação. Do mesmo modo, é também a valentia que traz como consequência a sua entrada no Panteão dos Heróis e inspira o canto da Musa e o som da cítara canora:

“Vós sereis o mais ínclito modelo,  
E o exemplar mais sublime, que o desvelo  
Das Musas, ou da Cítara canora

Possa oferecer, com música sonora,  
Ao perpétuo vigor da Eternidade,  
Para aprender lições a Heroicidade.”

(Melo (1759), X, p. 367)

Do mesmo modo, deverão ser esses os valores em que as novas gerações e, em particular, os leitores do poema, se devem formar.

Enfim, menos ambicioso na consecução do poema do que na teoria poética que elabora, Francisco de Pina e Melo, a par de outros autores do seu tempo, tais como D. Francisco Xavier de Meneses ou Inácio Garcês Ferreira, luta desesperadamente para conciliar um contexto cultural ainda fortemente marcado por uma religiosidade arreigada e uma sociedade imbuída de valores do barroco com uma mentalidade já esclarecidamente iluminista, em que os códigos épicos são reelaborados à luz de princípios e normas totalmente diferentes, na generalidade de proveniência francesa, que denunciam, como base, o endeusamento da Razão e do Entendimento. Ao mesmo tempo, cultivam-se os modelos clássicos, de Homero e Virgílio, recuperam-se sugestões dos poemas épico-cavaleirescos e actualiza-se a lição de Camões, intrinsecamente articulada com a de Torquato Tasso.

Tratava-se, afinal, de um homem dividido entre dois mundos, que procurava conferir à literatura uma dignidade e uma função edificante, para exaltação das virtudes humanas e correcção dos vícios dominantes no seu tempo. Inspira-se, então, em episódios da História Pátria, como o da conquista de Goa, para exaltar um passado glorioso, dignificar a Nação e revitalizar o orgulho de sermos Portugueses.

## Bibliografia

### 1. Obras literárias

ARIOSTO (1982), Ludovico, *Orlando Furioso*, a cura di Marcello Turchi e Edoardo Sanguineti, Milano, Garzanti (1.<sup>a</sup> ed.: 1516).

BARROS (1973-1974), João de, e COUTO, Diogo do, *Décadas da Ásia: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 24. Vol., Lisboa, Livraria Sam Carlos.

- BOIARDO (1978), Matteo Maria, *Orlando Innamorato*, a cura di Giuseppe Anceschi, Milano, Garzanti (1.<sup>a</sup> ed.: 1495).
- CAMÕES (1989), Luís de, *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Ministério da Educação / Instituto de Cultura Portuguesa.
- CASTANHEDA (1981), Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 Vol., Porto, Lello e Irmão.
- CORREIA (1992), Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, Lisboa, Academia das Ciências.
- CORREIA (1975), Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 vol., Porto, Lello e Irmão.
- GÓIS (1949-1955), Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*, 4 vol., Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- MELO (1759), Francisco de Pina e, *A Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque; com a qual se fundou o Imperio Lusitano na Asia: Poema Épico*, Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- OSÓRIO (1945), D. Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, 2 Vol., Porto, Civilização.
- PULCI (1989), Luigi, *Morgante*, a cura di Davide Puccini, Milano, Garzanti (1.<sup>a</sup> ed.: 1478).
- TASSO (1964), Torquato, *Discorsi dell'Arte Poetica e del Poema Eroico*, a cura di L. Poma, Bari, Laterza (1.<sup>a</sup> ed.: 1587).

## 2. Estudos críticos

- CASTRO (1973), Aníbal Pinto de, *Retórica e teorização Literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, pp. 641-660, 410, 439-440, 475-479.
- CASTRO (1974), Aníbal Pinto de, "Alguns aspectos da teorização poética do neoclassicismo português", in *Bracara Augusta*, vol. 28, pp. 5-17.
- COELHO (1959), Jacinto do Prado, "A musa negra de Pina e Melo e as origens do pré-romantismo em Portugal", in: *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*, Tomo VII, Lisboa, pp. 109-127.
- COELHO (1961), Jacinto do Prado, *Poetas Pré-Românticos*, Coimbra, Almedina.

- CORREIA (1999), Joaquim, "Melo, Francisco de Pina e", in: *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Vol. 3, Lisboa, Editorial Verbo., Col. 604-608.
- COUTINHO (s. d.), Segismundo António, *Carta crítica, em que se pesa o valor da chamada parenésis de Francisco de Pina e Melo*, Coimbra.
- FERRÃO (1926-1929), António, "O poeta e erudito Francisco de Pina e Melo (1695-1773). Subsídios para a sua biografia", in: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. XX, Lisboa, pp. 101-239.
- FERRO (2004), Manuel, *A Recepção de Torquato Tasso na Épica Portuguesa do Barroco e Neoclassicismo*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- JOAQUIM (1999), António Manuel Esteves, "Francisco de Pina e Melo, o Corvo ou o Cisne?", in: Maria José Azevedo Santos, António Manuel Esteves Joaquim e Virgínia Morais Gomes, *Montemor. História, Poesia e Arte*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal, pp. 19-56.
- SANTOS (1947), Mariana A. Machado, "Verney e o bom gosto", in *Seara Nova*, nº 1016-1017, Lisboa, pp. 42-46.